

Comitê exige juro.

ESTADO DE SÃO PAULO *Dívida Externa* - 8 AGO 1927

Brasil nega

O governo brasileiro terá de fazer o pagamento simbólico dos juros da dívida externa senão os bancos credores norte-americanos poderão endurecer a sua posição e adotar medidas de represália contra o Brasil. Este foi o teor da advertência transmitida ao Banco Central na última quarta-feira pelo Comitê de Renegociação dos Bancos Credores da Dívida Brasileira. Segundo esse Comitê, as instituições financeiras desejam uma demonstração concreta de que o País está disposto a suspender a moratória.

A advertência não serviu, porém, para que o Brasil alterasse a sua posição, segundo informação do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, divulgada por seu porta-voz, Francisco Baker. "Nada mudou em relação ao que se conversou em julho com os bancos credores", declarou Baker.

Bresser comunicou que em meados de setembro próximo serão reiniciadas as negociações e que espera chegar a um acordo com os credores até o final de outubro. Baker explicou que os bancos norte-americanos

estão obrigados a apresentar um relatório ao governo dos Estados Unidos explicando a situação dos débitos dos países devedores. O pagamento simbólico dos juros da dívida brasileira evitaria que os bancos contabilizassem os prejuízos e ficassem obrigados a ampliar suas reservas "a exemplo do que o Citibank fez no primeiro semestre".

O ministro Bresser Pereira informou que, se as negociações não puderem ser concluídas até o final de outubro, o Brasil poderá dispor-se então a efetuar o pagamento simbólico dos juros. "Isso porém vai depender dos níveis das nossas reservas e do bom encaminhamento das negociações", avisou o ministro da Fazenda. Com relação à ameaça de "endurecimento dos bancos, Bresser afirmou que "se essa disposição se refere ao problema das linhas de crédito de curto prazo, isso não interessa ao Brasil e muito menos a seus credores". O eventual corte dessas linhas de crédito prejudicaria muito mais aos bancos do que ao Brasil, pois elas "são muito lucrativas para os credores".